

10

**A DISCIPLINA ECLESIAÍSTICA NA
CONTEMPORANEIDADE**

**THE DISCIPLINES ECCLESIASTIC IN THE
CONTEMPORARY**

Wilson do Amaral Filho

Mestre em Educação, Arte e História da Cultura e doutorando em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Professor de Teologia Sistemática da Escola Superior da UPM.

E-mail: *wafilho@mackenzie.br*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a prática da “disciplina eclesial” na contemporaneidade, na qual é visível a predominância do antropocentrismo no cristianismo. Num primeiro momento, demonstra-se que a teologia cooperou para que o cristianismo chegasse a esse estágio. Num segundo momento, busca-se resgatar o sentido bíblico da disciplina. Num último momento, propõe-se a aplicação de duas modalidades de disciplina eclesial como forma de afirmá-la necessária.

PALAVRAS-CHAVE

Disciplina eclesial; Movimentos teológicos; Educação preventiva; Educação corretiva; Sentido bíblico de disciplina.

ABSTRACT

The present article intends to reflect about the ecclesiastic discipline's practice in the contemporary age, because is visible the predominance of the anthropocentrism in the Christianity. At a first moment, it will be demonstrated that Theology cooperated with human knowledge, so that the Christianity arrived at this stage and situation. In a second moment, it will be search the biblical meaning of discipline. At a last moment, it will be considered application of two kinds of ecclesiastic discipline, as the way how to affirm its necessity.

Ecclesiastic discipline; Theological movements; Preventive education; Corrective education; Biblical sense of discipline.

1. INTRODUÇÃO

O mundo se mostra incerto e inseguro e busca referências para se ancorar. Por trás da autonomia e da liberdade aparentes e da passividade quanto aos usos e costumes, há uma angústia verdadeira estampada tanto no rosto dos estressados e vítimas da violência quanto no de seus causadores, além da solidão e da perplexidade que assola a quase todos quanto ao presente e ao futuro. Como constata Packer (1999, p. 11): “As pessoas hoje se sentem perdidas, sem rumo. Tanto a arte, a poesia e a literatura moderna, como os cinco minutos de conversa com qualquer pessoa sensível, nos dão a certeza disso”.

Alguns educadores tentam explicar o que acontece. Em seu artigo sobre a indisciplina na escola atual, Fiamenghi Junior e Ximenez Filho (2001), de orientação jungiana, buscam descrever a indisciplina e a agressividade como resultados de vários fatores, dentre eles: 1. os pais, educadores e instituições que transferem sua responsabilidade de estabelecer e impor limites num ambiente de compreensão e ordem para alguém que não eles; 2. a ausência ou o distanciamento das relações familiares, que, por sua vez, andam desfiguradas e alteradas; 3. o tratamento imediatista dos atos de indisciplina; 4. a violência doméstica que propicia o afastamento da ideia de *locus* familiar acolhedor; 5. a permissividade e a dificuldade de pais de classe média e alta quanto à imposição de limites aos filhos, mesmo com maior conhecimento das ciências humanas, na tentativa de se afastar do autoritarismo das gerações anteriores; 6. a banalização de conteúdos agressivos explorados pela mídia; 7. o conceito de inconsciente coletivo em que não só o indivíduo não se adapta à ordem, mas todos, ainda que com pontos de resistência, cedem e se conformam, considerando o *status quo* como fato perplexo e irreversível. Para esses autores, a solução para a indisciplina na escola é o estabelecimento de trilhos que lhes deem direção.

A mesma situação encontrada na sociedade pode ser também visível nas comunidades cristãs. Packer (1999, p. 11) comentou o que pode caracterizar o mundo cristão contemporâneo:

Mesmo se suspeitamos que os materialistas estejam errados ao negar que Deus e outro mundo existem, não temos permitido que nossa crença nos impeça de viver sob princípios materialistas. Temos tratado este mundo como se fosse o único lar que haveremos de possuir, e temos nos concentrado exclusivamente em arrumá-lo para nosso conforto.

Por outro ângulo de visão, comunidades cristãs parecem depender de uma membresia de vida dicotômica, e se acomodam a essa membresia.

A dicotomia prática de muitos cristãos gera a ilusão de que a Igreja não tem nada a ver com o proceder “secular” de seus membros. Nesta “nova era” antropocêntrica a Igreja é vista como uma organização altamente dependente do indivíduo, e que tem que mantê-lo ao custo de várias exceções. O medo da impopularidade leva muitos líderes à cumplicidade, e pecados são justificados em nome de uma atitude mais “humana” (SANTOS, 1998, p. 149).

Quando vem a público um escândalo ocorrido no meio cristão, seja ele protestante, seja católico romano, esse fato remete muita gente a um descrédito acerca da Igreja, ou então remete à simples constatação do que já se imaginava, de que inexiste uma vida testemunhal diferenciada da Igreja no mundo e ela é, apenas isso, um grupo de pessoas moralistas e pretensiosas quanto ao que crê e ao que afirma. Do mesmo modo, como o nome de Deus era blasfemado entre os gentios no passado por causa da conduta judaica (Rm 2:24), a nódoa do procedimento inconsequente de cristãos se espalha facilmente e é difícil removê-la da memória da sociedade.

Diante do quadro apresentado, este artigo propõe refletir sobre a prática da “disciplina eclesiástica”, a qual é um dos assuntos da Eclesiologia, um dos *loci* da Teologia Sistemática. Ela é tratada justamente na fase do curso em que são discuti-

das as marcas da Igreja verdadeira em relação à falsa, e o poder temporal da Igreja e das autoridades nela constituídas.

Segundo Anglada (1999), a marca mais importante da Igreja verdadeira, na concepção reformada da teologia, é a pregação bíblica. Pela pregação, a Igreja anuncia as virtudes de Deus e se apresenta como testemunha e corpo de Cristo (1 Pe 2:9-10; At 1:8; Ef 1:22-23). Uma segunda marca evidente, e não independente da primeira, é a ministração dos sacramentos aos fiéis, em obediência à ordem de Jesus (Mt 28:18-20; Lc 22:19; 1 Co 11:23-30). Pela prática do batismo e da ceia do Senhor, a Igreja se diferencia de todas as associações de pessoas, tanto no âmbito religioso quanto no secular (PACKER, 1999, p. 11).

A disciplina eclesiástica, entretanto, se tratada como marca da Igreja, não tem consenso entre os teólogos reformados, havendo aqueles que a consideram uma decorrência da aplicação dos princípios bíblicos na vida cristã¹. O assunto ganha mais vigor quando depara com a discussão do poder da Igreja e as atribuições dadas às autoridades nela constituídas, mas esse não será o foco deste artigo.

Muito da Igreja contemporânea está voltado ao presente. Arrumar o mundo para o conforto próprio parece ser a teologia mais popular. Como foi que se chegou a esse pensamento na atualidade? Teria a teologia, de alguma forma, contribuído para esse estado de coisas? Teria ela alguma responsabilidade nessa situação?

Ao indagar sobre qual a contribuição da teologia ao pensamento contemporâneo, no que diz respeito à permissividade, é relevante retroceder até o período da Reforma e, de lá para cá, pontuar alguns momentos significativos do pensamento teológico protestante, que lancem luzes sobre a pergunta. Antes, porém, será interessante rever brevemente o clima do pensamento teológico protestante à época da Reforma, no que diz respeito à vida eclesial e disciplinar da Igreja.

¹ Segundo Berkhof (1990), os teólogos reformados divergiam quanto ao número de marcas da verdadeira igreja. Beza, Alsted, Amesius, Heidanus, Maresius e outros consideravam “a pregação da sã doutrina do Evangelho” a única marca. Calvino, Bullinger, Zanchius, Junius, Gomarus, Mastricht e Kuyper, entre outros, consideravam, além da pregação, “a correta ministração dos sacramentos” uma segunda marca. Hyperius, Martyr, Ursinus, Trecaltius, Heidegger, Wendelinus, incluíam “o fiel exercício da disciplina” como a terceira marca. Independentemente da posição assumida, todos eles consideravam a disciplina como parte da vida cotidiana da Igreja.

2. A DISCIPLINA ECLESIAÍSTICA NO PENSAMENTO TEOLÓGICO CONTEMPORÂNEO

Assim como os “credos” foram essenciais como “declarações da igreja primitiva que os cristãos em todos os tempos e lugares têm reconhecido – o Credo dos Apóstolos, o Credo de Nicéia, a Definição de Calcedônia e (menos freqüentemente) o Credo Atanasiano” (NOLL, 1988, p. 336), as “confissões” e os “catecismos”² exerceram papel preponderante não somente como declaração de fé e identidade confessional, mas também como meios pelos quais se ensinavam os fiéis.

As condições no século XVI eram propícias para a composição de confissões. As publicações de Lutero, Calvino, Zuínglio e outros líderes da Reforma tinham trazido à tona questões teológicas momentosas. Quando comunidades inteiras, ou somente os líderes, voltavam-se para os seus ensinamentos, surgia uma demanda imediata de declarações da nova fé, sem complicações, porém autorizadas (NOLL, 1988, p. 336).

Diante do panorama adverso, a própria Igreja romana se viu às voltas com a confissão resultante do Concílio de Trento (1545-1563), “que definiu o catolicismo ortodoxo em cânones e decretos abundantes; Roma também recapitulou a sua fé numa declaração breve e autorizada” (NOLL, 1988, p. 337).

Alguns aspectos comuns entre as confissões dos reformadores podem ser destacados, como: a) a autoridade exclusiva das Escrituras para toda a vida, em contraposição à tradição católica; b) o sacerdócio de todos os crentes e o testemunho interno do Espírito Santo, contrariando o dito da infalibilidade de Roma; c) a discussão da influência católica no Estado; d) a busca da restauração da pureza neotestamentária da fé e prática cristãs³.

² Catecismos são declarações de fé estruturadas, escritas na forma de perguntas e respostas, e frequentemente exercem as mesmas funções das confissões.

³ Noll (1988, p. 339) ainda comenta: “As confissões também refletem perspectivas teológicas diferentes. Mesmo na grande era de composição de confissões que veio após a Reforma, era possível distinguir, de modo geral, entre dois tipos de declarações – as que enfatizavam o drama da redenção e as que davam

Em relação ao tópico que se deseja tratar – a disciplina eclesiástica –, há de oferecer aqui alguns exemplos de confissões que tratam do assunto:

- A *Confissão de Fé Escocesa* (1560, capítulo 18) considera a pregação da Palavra de Deus a primeira marca da Igreja verdadeira, seguida da administração dos sacramentos de Cristo conforme ensinado na Escritura, e a prática da disciplina eclesiástica com vistas à repressão do vício e estímulo à prática da virtude.
- A *Confissão Belga* (1561, artigo 28) – que teve como modelo a Confissão Gaulesa das Igrejas Reformadas Francesas (1559) – afirma que fora da Igreja, como santa assembleia e congregação dos salvos, não há salvação. Assim sendo, os salvos devem separar-se do mundo e juntar-se a ela: mantendo a unidade; submetendo-se à instrução e disciplina; curvando-se ao jugo de Jesus; servindo uns aos outros mediante os dons recebidos. Todos os que se separaram da Igreja contrariam as ordens de Deus.
- O *Catecismo de Heidelberg* (1563, perguntas 83 e 85) aponta para a pregação do Evangelho e a disciplina cristã como as chaves deixadas por Cristo, que abrem e fecham o Reino de Deus para o ser humano. A disciplina cristã seria aplicada àqueles membros da Igreja que negam a doutrina e levam uma vida incompatível

maior ênfase à verdade da fé. As primeiras davam maior atenção à pessoa de Deus e a Sua bondade misericordiosa para com os pecadores, ou pelo menos colocavam tais tópicos em posição de destaque. Incluem a Confissão de Augsburg, o Catecismo Menor, de Lutero, os Sessenta e Sete Artigos, de Zuínglio, e suas Dez Teses de Berna, o Catecismo de Heidelberg, a Confissão Escocesa (1560) e os Trinta e Nove Artigos. O segundo tipo começava com as verdades da revelação nas Escrituras antes de passar à consideração da atividade de Deus. Entre estas confissões estão: a Primeira Confissão Helvética (1536), a Segunda Confissão Helvética, a Confissão Francesa, de Calvino (1559), a Confissão Belga (1561), os Artigos Irlandeses, de James Ussher (1615), e a Confissão de Fé de Westminster. Muitos dos dois tipos de confissões eram plenamente compatíveis entre si (por exemplo, o movimento de Reforma na Holanda adotou o Catecismo de Heidelberg juntamente com a Confissão Belga). Mas, por terem sido estruturadas segundo linhas diferentes, estes documentos testemunharam o modo pelo qual a visão teológica formula a ênfase confessional. Nos séculos subsequentes uma gama muito mais ampla de convicções teológicas tem se expressado num grupo muito menos harmonioso de confissões protestantes”.

com o testemunho cristão. Após a prática de advertências fraternas e repetidas, os tais são denunciados à Igreja e às autoridades eclesiásticas por ela ordenadas para seu governo. Se os tais membros se negam a ouvir as advertências, não são mais admitidos aos sacramentos, são excluídos da congregação de Cristo e, pelo próprio Deus, do reino de Cristo. Só voltarão a integrar a membresia da Igreja de Cristo quando mostrarem arrependimento real.

- Os *Cânones de Dort* (1618, artigos 4 e 17) afirmam que, ainda que o homem caído tenha alguma luz natural a respeito de Deus e das coisas naturais, saiba diferenciar a honra da desonra e esboce alguma virtude e disciplina exterior, está longe do conhecimento salvífico de Deus. Por sua vez, os membros da comunidade cristã, “salvos pela todo-poderosa operação de Deus”, permanecem fiéis pelas admoestações do Evangelho (pregação), pela participação na ceia do Senhor (sacramento) e pela disciplina aplicada no seio da comunidade cristã.
- A *Confissão de Fé de Westminster* (1647, capítulo XXX) declara que Cristo instituiu em sua Igreja oficiais para um governo distinto da magistratura civil, e a eles estão entregues as chaves do Reino do Céu, para desligar os impenitentes do reino tanto pela Palavra quanto pelas censuras; ligar os penitentes pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras eclesiásticas, cuja finalidade é chamar e ganhar para Cristo os irmãos transgressores. A fim de impedir que o fermento corrompa toda a massa, o nome de Cristo seja honrado e a ira de Deus seja evitada cair sobre a Igreja, os oficiais devem usar a repreensão, a suspensão da Ceia do Senhor por algum tempo e a exclusão da Igreja.

Dentre as várias correntes de pensamento teológico acerca da disciplina, há pelo menos três grandes correntes daquela época, nas quais o uso da disciplina “na” e “pela” Igreja é estabelecido: *o catolicismo* – cuja ênfase recai sobre o poder das chaves dado especialmente aos sacerdotes e que lhe confere o direito de absolver ou excomungar o disciplinado (nesse caso, por último, considerá-lo *anátema*), cujo princípio permanece

até hoje⁴; *o anabatismo* – que propõe uma separação completa da Igreja em relação ao mundo e trata o impenitente como digno da excomunhão⁵; *o movimento reformado* – que em regra geral propõe a disciplina como marca da Igreja, derivada da Escritura, pela qual, progressivamente, admoesta, afasta da comunhão e exclui o impenitente.

Por meio da disciplina a comunidade está sendo construída. As faltas na vida cristã conduzem à destruição do relacionamento e ato contínuo à desintegração. Entretanto, não somente a pregação e a celebração dos sacramentos, mas também o exercício da disciplina são características da verdadeira igreja. Atualmente as igrejas reformadas diferem na forma de considerar a disciplina. Somente uma minoria continua exercendo uma forma institucional de disciplina. Para a maioria, especialmente nos países secularizados do Ocidente, a disciplina é deixada por conta da interação dos membros da congregação (BAUSWEIN; VISCHER, 1999, p. 29, tradução nossa).

No caminho ao presente, este autor seguirá a estrutura apontada por Costa (2004, p. 235-298), aportando aqui e ali na história da Igreja protestante e obtendo elementos para um posicionamento ante a questão da disciplina (des)praticada na Igreja atual.

Se o século XVI foi o palco do surgimento do protestantismo e das ideias que caracterizaram a Reforma Protestante, o século XVII pode ser identificado como a época da sistematização das doutrinas da Reforma, com farta produção de suas confissões e catecismos; uma época de escolasticismo protestante em que se destacaram o rigor doutrinário e a riqueza de detalhes dos posicionamentos teológicos da Igreja protestante (COSTA, 2004, p. 235). Como consequência do desenvolvimento dessa cultura predominantemente doutrinária, ocorreu “uma estagnação espiritual, marcada por um formalismo vazio: ortodoxia doutrinária e heterodoxia vivenciada” (COSTA, 2004, p. 254).

⁴ Para obter mais informações, ver: “Penitência e reconciliação”. Disponível em: <<http://catecismo.catequista.net/conteudo/a-z/p/confissao.html>>. Acesso em: 30 mar. 2006.

⁵ Para obter mais informações, ver: “Anabatistas”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anabatistas>>. Acesso em: 1º abr. 2006.

Cairns (1995) historia a respeito desse protestantismo do século XVII, lamentando o desenvolvimento de um sistema ortodoxo de doutrina dedicado apenas ao intelecto. O escolasticismo protestante, particularmente entre os luteranos da Alemanha, as guerras religiosas no período de 1560 a 1646, o aparecimento da filosofia racionalista e da ciência empírica originaram o formalismo religioso entre 1660 e 1730 na Inglaterra, na Europa e, mais tarde, nos Estados Unidos.

Em resposta ao escolasticismo protestante “nos séculos XVII e XVIII, desenvolveram-se duas respostas [...]: a primeira foi o racionalismo, que teve no deísmo a sua expressão religiosa; a outra foi o reavivamento” (CAIRNS, 1995, p. 320).

O *Deísmo*, expressão religiosa do racionalismo (CAIRNS, 1995), foi o resultado natural das visões científico-filosóficas do conhecimento, surgido na Inglaterra no século XVII e propagado na França, na Alemanha e nos Estados Unidos e considerado uma religião natural. O sistema de fé deísta especifica um Deus transcendente, que abandonou sua criação ao governo das leis naturais, descobertas pela razão. É Deus ausente; sua imanência se dá somente pela Providência e como um Redentor de Cristo (CAIRNS, 1995, p. 323)⁶. Costa (2004, p. 298) define o deísmo como o pioneiro na concepção teológica de que a razão é o teste de toda a verdade, inclusive da verdade teológica e religiosa. As doutrinas que ofendem a razão em qualquer de suas funções devem ser eliminadas por serem tópicos inviáveis nessa nova perspectiva teológica.

Cairns (1995, p. 323) detalha alguns dogmas deístas:

Deísmo, uma religião sem revelação escrita, enfatiza o céu estrelado em cima e a lei moral na Terra. [...] Os deístas criam que Deus deixou sua criação reger-se por leis naturais; assim, não havia lugar para milagres, para a Bíblia como revelação de Deus,

⁶ Cairns (1995, p. 322) ainda comenta: “A descoberta de religiões não-cristãs sacudiu a Europa e os estudiosos começaram a compará-las com o cristianismo. Como encontraram semelhanças nos princípios, muitos começaram a indagar se não havia uma religião natural básica para todos os homens independentemente da Bíblia ou dos sacerdotes. Assim, os homens foram levados ao deísmo, que parecia estabelecer uma religião ao mesmo tempo natural e científica. [...] A escola racionalista também exaltou de início a capacidade do homem para descobrir a verdade pela razão sem o concurso da revelação. A teologia natural deveria ser o ponto de partida da teologia”.

para profecia, para a providência ou para Cristo como um Deus-homem. [...] Outro dogma era a crença em que “a virtude e a piedade” eram o culto mais importante que se podia prestar a Deus, cujas leis éticas estão na Bíblia, um manual ético, e na natureza do homem, onde seriam descobertas pela razão. O homem deveria arrepender-se do erro e viver conforme as leis éticas, porque a alma é imortal e está sujeita à recompensa ou ao castigo depois da morte.

A outra reação foi o *Reavivamento*. Enquanto no continente europeu grassavam as ideias racionalistas e deístas, na Inglaterra e nos Estados Unidos surgiam vários movimentos de reavivamento. O historiador comenta que, em alguns casos, esses movimentos se baseavam numa ênfase à “luz interior”, pela qual o homem seria iluminado espiritualmente, independentemente da Bíblia. Os quacres, embora moralmente sinceros e revelando amor ao próximo, são representantes desse misticismo. O centro de sua teologia está na pessoa do Espírito Santo, o único revelador de Deus e a fonte de luz interior dentro do homem, que o ilumina. Assim sendo, a Bíblia e a revelação dada por qualquer quacre têm o mesmo valor (CAIRNS, 1995, p. 325-326).

Ainda no Reavivamento, pode-se ver o surgimento do *Pietismo* na Alemanha, com Spener, cuja ênfase pode ser assim caracterizada: experiência religiosa preponderante na vida cristã; padrões de doutrina extraídos da Bíblia; preocupação perfeccionista com o desenvolvimento espiritual; ênfase na proclamação do Evangelho e o socorro aos necessitados; pensamento de reforma na Igreja combatendo a letargia e as práticas consideradas mundanas.

Segundo Costa (2004, p. 262):

O Pietismo com sua ênfase na experiência, atribuindo um caráter mais subjetivo à religião, estava de certa forma melhor harmonizado com o espírito moderno, que priorizava a independência intelectual e espiritual, desejando o rompimento com qualquer tradição.

Tillich, citado por Costa (2004, p. 278), diria mais tarde que “o Pietismo foi o caminho para o Iluminismo”. De fato,

Kant e, depois, Schleiermacher foram educados no Pietismo. Mondin, citado por Costa (2004, p. 280), considera

[...] o Iluminismo, mais do que um sistema filosófico, [...] um movimento espiritual, típico do século 18 e caracterizado por uma ilimitada confiança na razão humana, [...] é, em essência, um antropocentrismo, um ato de fé apaixonado na natureza humana, considerada com seus caracteres universais e comuns a todos os homens, e não na natureza individual e original de cada um.

É importante lembrar aqui que a filosofia e a teologia tiveram sempre uma relação entranhada. O desejo de adaptar as ideias religiosas à cultura e as formas de pensar à modernidade sempre foi uma pauta do liberalismo teológico, cujo esforço se dá na direção de interpretação e reformulação da fé cristã sob a perspectiva iluminista.

Diversos campos da pesquisa teológica foram desenvolvidos desde então, todos eles com base na confiança do poder da razão humana e com a ajuda da ciência moderna e os pressupostos da filosofia moderna:

- a) Kant considera que o homem necessita da ideia de Deus apenas para o seu mundo ético. “Deste modo, Deus está alheado do homem e o homem de Deus; não há acesso; Deus permanece como um ser distante” (COSTA, 2004, p. 288).
- b) Graças ao Deísmo, a historiografia foi cada vez mais elaborada com o objetivo de alcançar maior exatidão. A integridade e a credibilidade das narrativas históricas da Bíblia passaram a ser questionadas. E “quando o historicismo é aplicado à história de Israel, à vida de Cristo e à história da igreja cristã registrada no Livro de Atos, todo o normativo, único ou sobrenatural é dissolvido” (RAMM apud COSTA, 2004, p. 293).
- c) A ciência ganhou importância e o saber científico passou a ser considerado como aquele que encontraria soluções para todos os problemas humanos. No cientificismo a religião é errada e letárgica, impedindo o crescimento da ciência (COSTA, 2004).
- d) Schleiermacher, provindo de um meio pietista, introduziu o pensamento de que

o homem [...] não consegue atingir, chegar a Deus pelo intelecto nem pela via moral, pois o infinito não é captado no momento racional, mas no momento do sentimento de total dependência. O pecado, portanto, é o desejo de independência e autonomia ao invés de harmonia com Deus (SCHLEIERMACHER apud COSTA, 2004, p. 296).

A conclusão de Costa (2004) é que, nesse espírito, a religião passou a ser considerada assunto pessoal do indivíduo e restrito a ele; a certeza tornou-se subjetiva, baseada na experiência de cada ser humano, seja racional ou misticamente.

e) O antropocentrismo reinante impregnou a teologia de modo que essa buscasse o bem-estar humano, como a felicidade terrena e a moralidade racional. “[...] Deus passou a ser olhado por muitos como aquele que os beneficiaria; deste modo o ‘valor’ de Deus está restrito à sua utilidade egocêntrica” (COSTA, 2004, p. 296).

f) No pragmatismo o que é levado em conta é aquilo que tem consequências práticas, e Deus, até mesmo, tem algum valor se o seu conceito traz algum benefício para o homem. William James (2006) escreveu sobre a psicologia, as variedades da experiência *religiosa* e do *misticismo* e a filosofia do *pragmatismo*. Questionou a existência de Deus, a imortalidade da alma, o livre-arbítrio e os valores éticos; sustentou que o significado das ideias só se encontra no plano de suas consequências. Se não há efeitos, é porque essas ideias não têm sentido. Opôs-se aos sistemas metafísicos absolutos e criticou o monismo.

g) O toleracionismo pode ser percebido como o movimento em que o cristianismo é uma dentre várias religiões, para com as quais deve haver tolerância e a busca de pontos de contato e diferenças.

h) O otimismo desconsidera toda e qualquer abordagem negativa acerca do homem ou da vida. Não há lugar no otimismo para o pecado original, o tomar a cruz e a negação de si mesmo. Prevalece o sentimento de progresso da humanidade em compreender a si mesma, pelo uso que faz das ciências humanas.

i) O criticismo – o estudo dos manuscritos medieval e clássico – demonstrou que muitos documentos considerados autênticos de fato não o eram (COSTA, 2004). Passou-se a considerar o contexto histórico no estudo e pesquisa bíblica, ou seja,

procura[-se] levar em conta o contexto histórico que envolve o texto, fazendo uma avaliação crítica de todas as relações desta informação com o sentido do texto. [...] Realiza-se a tarefa de um historiador, que avalia um documento antigo com o alvo de compreendê-lo (BOST; PESTANA, 1992, p. 7).

j) A autonomia e a harmonia são pontos destacados em que o ser humano é autônomo e lei para si mesmo, porém faz parte do cosmos e este se rege harmoniosamente. Nesse caso não há necessidade de se crer na Providência de Deus (COSTA, 2004, p. 313-314).

Paralelamente a tudo quanto se viu até aqui, a teologia ensinada pelos reformadores continuou existindo e, embora vista sob o foco de uma visão legalista do cristianismo – e de fato em alguns momentos da história produziu essa visão de uma estagnação espiritual, marcada pelo formalismo vazio –, chegou até nós lutando contra a influência do humanismo secular por parte do mundo. Não há motivo para esconder as ações e reações dos movimentos conservadores extremados, mas pode-se aduzir que a Escritura jamais foi vencida por nenhuma iniciativa humana, e sempre será o fundamento para se chegar àquilo que Deus planejou e está construindo nos cristãos.

Aqueles aspectos comuns entre as confissões dos reformadores persistem no tempo. A autoridade exclusiva da Escritura para toda a vida, acima mesmo da tradição teológica e do antropocentrismo cristão, continua sendo válida para a busca de posicionamento espiritual e ético. O sacerdócio de todos os crentes e o testemunho interno do Espírito Santo são conceitos reafirmados na Igreja atual. A busca da restauração da pureza neotestamentária da fé e as práticas cristãs são alvos perseguidos em quase todas as denominações cristãs.

Entrementes, vivendo na sociedade atual, muitos cristãos de hoje: 1. desconsideram a Escritura como revelação de Deus e a confrontam como norma de disciplina, dependendo mais das opiniões teológicas ou do procedimento da sociedade, do que examinando por si mesmos a Palavra de Deus; 2. sentem-se livres para promiscuir comportamento religioso e secular, sem conflito espiritual e ético; 3. contestam a legítimi-

dade da autoridade e a responsabilidade de seus líderes quanto ao ofício de zelar pela pureza da Igreja; 4. não se prendem a uma comunidade que os disciplina, passando rapidamente para outra, que os recebe de braços abertos. Num tempo tão permissivo, é preciso repensar tudo isso, mais uma vez (SINE, 2001; BITUN, 2007).

Com essas ponderações, pode-se depreender que também a teologia contribuiu para o desenvolvimento dessa cultura antropocêntrica, em que a autonomia do ser humano prevalece sobre tudo à sua volta.

Passa-se, então, a buscar uma forma de aproximação do conceito de disciplina eclesiástica não somente pelas confissões ou pela teologia, como ciência, mas, especialmente, recorrendo ao expediente da análise da Escritura, num esforço de retomar a fonte primária do conhecimento da fé cristã e o propósito inicial da disciplina a ser praticada na Igreja.

3. A BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO PARA DISCIPLINA ECLESIASTICA

Uma definição clássica de disciplina eclesiástica poderia ser: “Todos os meios e medidas pelas quais a Igreja busca a sua santificação e boa ordem necessária para sua edificação espiritual e eliminação de tudo que ameaça seu bem estar” (TUGGY; SCHAFF apud SHEDD, 1983, p. 11).

Aparentemente, a disciplina está ligada unicamente à correção e à punição dos faltosos. Pode-se perguntar imediatamente quem são os faltosos; à luz de que parâmetro devem ser disciplinados; quem deve ser o agente da disciplina, uma vez que todos são passíveis de erro e sujeitos a repreensão. Além disso, quais são as verdadeiras motivações para disciplinar pessoas? Tais questionamentos são pertinentes e dignos de reflexão numa próxima oportunidade, mas a disciplina pode e deve ser vista de outro modo.

Há na Escritura várias figuras do relacionamento proposto por Deus, para a convivência com seus filhos. Ao criar e colocar o primeiro homem no jardim, a fim de que o administrasse, Deus propôs vida, sustento, desenvolvimento, condições

de procriar, competência para o domínio das espécies e poder de escolha ao ser humano. Negativamente, a disciplina poderia ser vista aqui pela afirmação: “E o SENHOR Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn 2:16, 17), isto é, “se comeres do fruto” (como de fato o fez, porque quis fazê-lo) (1 Tm 2:14) “morrerás com certeza naquele mesmo dia”. É a quebra de uma proposta divina que traz consigo as consequências da escolha humana. Positivamente, a disciplina poderia ser vista como o empenho pessoal de Deus no relacionamento com Adão. Como dito antes, Ele propôs-lhe vida, sustento, desenvolvimento, condições de procriar, competência para o domínio das espécies e poder de escolha; deu-lhe tarefas como o nomear os animais e respeitou sua criatividade; procurou-o na viração do dia para conversar; mesmo depois da escolha desobediente, vestiu o homem e a mulher e prometeu-lhes um libertador. Não deixou de amá-los, ainda que tomando vingança dos seus feitos (Sl 99:8).

Outra figura que vem à lembrança é o povo de Israel, chamado especificamente em Abraão, e identificado como povo de Deus no Sinai. Nos propósitos divinos havia um *modus vivendi* e um *modus operandi*. Disse ele:

Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha; vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa. São estas as palavras que falarás aos filhos de Israel (Ex 19:5, 6).

Negativamente, o não ouvir a voz divina com diligência e deixar de guardar sua aliança queria dizer *não (se dispor a) ser a propriedade peculiar de Deus entre os povos; não (se dispor a) ser reino de sacerdotes e nação santa ou separada para cultuar a Deus, ainda que se saiba que o amor divino jamais permitiu que isso acontecesse completamente*. Positivamente, o ouvir diligente da voz divina e a guarda dos seus termos de aliança assegurariam acesso privilegiado ao Criador, não se caracterizando aqui a salvação por obras, mas o nível do relacionamento. O Antigo Testamento narra muitas vezes que Israel foi der-

rotado por si mesmo e duramente disciplinado por Deus, mas também mostra outras tantas vezes em que foi miraculosamente vencedor, por causa da misericórdia divina (Sl 78:29-39).

Foi por meio desse povo que Cristo veio, evangelizou e recrutou discípulos, chamou-os de amigos e não de servos ignorantes acerca da vontade de seu senhor, porque lhes havia instruído no Evangelho. Disse-lhes que a escolha fora dele, e deviam seguir adiante frutificando com resultados que permanecessem (Jo 15:15, 16). O seguir adiante ocorreria na perspectiva de viverem no contexto do mundo, mas serem detestados nele, por causa da Palavra recebida. Simultaneamente, Cristo estaria com eles até a consumação dos séculos (Mt 28:18).

E Cristo dizia em sua oração:

Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal. Eles não são do mundo, como também eu não sou. Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade. Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo. E a favor deles eu me santifico a mim mesmo, para que eles também sejam santificados na verdade (Jo 17:15-19).

Negativamente, significa que seus discípulos estariam num contexto em que urgiria constante exercício de autovigilância e de vigilância solidária no campo da santidade, porque seriam mantidos no mundo e foram enviados a ele para viver como discípulos de Cristo, porém Deus lhes guardaria do mal enquanto estivessem dedicados a ele e purificados por meio da expiação de Cristo, para agir no mundo pela verdade do Evangelho, tal como ensinado nas Escrituras.

Positivamente, “santifica-os na verdade” significa que os discípulos

precisam ser *santificados*. Isto inclui a consagração para a tarefa que agora lhes é confiada; além disso inclui sua purificação interior e capacitação com todos os recursos espirituais necessários para executarem sua tarefa. Esta capacitação e purificação são obra do Espírito, mas aqui Jesus diz que o instrumento para esta obra é a *verdade* – personalizada na *palavra* do Pai que Jesus deu aos discípulos, assim como ele mesmo a recebera do Pai (BRUCE, 1987, p. 284, grifo do autor).

Pela Escritura se observa que Deus identifica os convertidos como sua nação (Ex 19:6; 1 Pe 2:9), seus filhos (1 Jo 3:1), e insiste numa relação de santidade como característica própria, que deve ser a característica de seu povo (Lv 11:44; 1 Pe 1:16). No cumprimento de suas santas promessas e propósitos para com seus filhos, ele os disciplina por amor (Dt 8:5; Jó 5:17; Pv 3:11,12; Hb 12:7-8; Ap 3:19).

A disciplina, portanto, faz parte do expediente normal de relacionamento entre o Criador e seus filhos. Seria imponderável não considerar que a disciplina também faça parte essencial e normal do relacionamento da Igreja com seu Senhor e do relacionamento dos membros entre si.

Em seu livro *A disciplina na Igreja*, Shedd (1983, p. 13-35) relaciona alguns termos que considera chaves no Novo Testamento, e que são úteis para a compreensão do assunto.

1. *Disciplina*⁷ seria o primeiro termo a considerar. Seus vocábulos cognatos são as palavras “discípulo” e “fazer discípulos”, o que na Antiguidade significava

[...] um aluno seguir um mestre ou pensador [... e assim,] o discípulo almeja aprender fatos, entender idéias, ganhar uma nova cosmovisão como qualquer aluno. Mas apenas quando tem um compromisso de vida com o mestre, num sentido global, é que o estudante passa a ser um discípulo (cf. Lc 14:26-33) (SHEDD, 1983, p. 13).

Na conhecida “grande comissão” de Mateus 28, Jesus orientou o colégio apostólico no sentido de que, enquanto fosse ao mundo pregando o Evangelho, fizesse discípulos, batizando-os em nome da Trindade e ensinando-os a guardar o que ele lhes havia ensinado. A disciplina seria, então, o ato de anunciar o Evangelho, aceitar o comprometimento de quem cresse, compromissar pelo batismo o recém-chegado à Igreja e instruí-lo a guardar os ensinamentos de Cristo por toda a vida. Trata-se de uma disciplina positiva, ou preventiva, pela qual se dá o fortalecimento e enriquecimento do discípulo.

⁷ Para maior discussão do assunto, ver Edman (1988, v. I, p. 476).

Segundo Shedd (1983, p. 15),

[...] a igreja capaz de suprir um quadro fiel de Jesus Cristo, no ensino e ação, seria uma igreja bem disciplinada [...] mais do que um hospital onde se realizam chocantes amputações de membros externos ou remoção cirúrgica de órgãos cancerosos que ameaçam a vida do corpo, deve ser um lar de médico que ensina seus filhos os segredos da medicina preventiva.

Se porventura um discípulo sabe o que seu mestre quer e não o faz, gera dúvidas sobre seu compromisso de ser discípulo e afeta seu relacionamento com Deus e com a Igreja. A disciplina consistirá, então, na aplicação dos meios bíblicos pelos quais esse discípulo volte a reafirmar seu compromisso com seu mestre. Trata-se então de uma disciplina negativa, ou corretiva, como se prefere chamar aqui.

2. *Ensino* é outro termo importante aqui. As palavras utilizadas no Novo Testamento provêm de *didasko*, que pode ser traduzido como: a) ensinar: a.1) conversar com outros a fim de instruí-los, pronunciar discursos didáticos; a.2) ser um professor; a.3) desempenhar o ofício de professor, conduzir-se como um professor; b) ensinar alguém; b.1) dar instrução; b.2) instilar doutrina em alguém; b.3) algo ensinado ou prescrito; b.4) explicar ou expor algo.

Jesus Cristo deu tremenda importância ao ensino para a formação religiosa e espiritual dos discípulos, atribuindo o conteúdo de seu ensino (*didaque*) ao próprio Pai (Jo 7:16). Para ele o ensino das verdades espirituais era formador dos cidadãos do Reino. Boa parte de seu tempo foi dedicado ao expediente de ensinar, seja conversando, seja discursando, seja debatendo ou mesmo falando por parábolas. Essa era a base para que seus discípulos pudessem continuar explicando o Evangelho a outros, como de fato vieram a fazê-lo mais tarde (At 5:42).

Na condição de mestre, Paulo desejava que os cristãos coríntios o imitassem e por isso lhes enviou Timóteo para recordar-lhes todo seu ensino (*didasko*), porque, como um pai, o havia repartido com eles (1 Co 4:17). Do mesmo modo, insistiu com Timóteo para que ele se aplicasse à *didaskalia*, isto é, ao ensino de preceitos à Igreja (1 Tm 4:13), recomendando

que sejam honrados os presbíteros que se afadigam na *didaskalia* e desqualificando aqueles que ensinam outra doutrina, que não se conforma com os preceitos de Cristo (1 Tm 5:17; 6.3). Tempos depois, evocou sua própria aplicação no ensino, como exemplo para encorajar Timóteo a continuar seu trabalho de evangelista, lembrando-lhe que fora educado desde a infância na Escritura e que na *didaskalia* da Palavra de Deus estava o propósito “de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (2 Tm 3:10; 3:16-17).

3. *Exortação (paraklesis)* se aplica em vários sentidos tanto à atividade do Espírito Santo, o *parakletos* proveniente de Deus (Jo 14:26), quanto àqueles que exortam, admoestam, encorajam, consolam, confortam; que têm um discurso persuasivo e estimulante que instrui, repreende e concilia, de forma poderosa.

[...] [Exortar quer dizer] exercer influência sobre a vontade e as decisões de outrem com o intuito de conduzi-lo a um padrão de comportamento geralmente aceito, encorajá-lo a observar certas instruções. A exortação sempre pressupõe algum conhecimento prévio. Consiste em lembrar uma pessoa disto, com a intenção de que o leve a efeito [...] Abrangem-se o conhecimento, a emoção e a vontade (SHEDD, 1983, p. 18).

Assim foi com José, de sobrenome Barnabé (At 4:36), um judeu levita de Chipre e cristão piedoso, voltado à exortação. Foi ele o responsável por estimular os cristãos de Antioquia a permanecer no Senhor, e pelo engajamento de Saulo no trabalho daquela igreja (At 11:22-26). Apesar de Paulo separar-se de Barnabé por causa de João Marcos, a palavra de exortação esteve sempre presente nas cartas paulinas (Rm 12:1; 15:30; 16:17; 1 Co 1:10; Ef 4:1), com o objetivo de alertar, convencer e fortalecer os cristãos.

Não se tratou aqui da imensa obra do Espírito Divino, no processo de exortar, consolar e convencer os que militam na Igreja e os que hão de se salvar; entretanto, Deus conforta por meio de seu Espírito aos cristãos em suas tribulações, para que eles sejam agentes de conforto e encorajamento (2 Co 1:3-4), A exortação deve ser um estímulo ao amor e às boas obras (Hb 10:24; 3:13) e “todo cristão deve dar e receber exortação diariamente” (SHEDD, 1983, p. 21).

4. *Admoestação* (*nouthesia*), ou advertência, implica um sentido de maior urgência do que a exortação, porque alerta para “um perigo que deve ser evitado. [...] Esta palavra, mais do que as anteriores, pressupõe erro de pensamento ou atitude que pela persuasão sábia e paciente deve ser corrigido” (SHEDD, 1983, p. 25).

Os pais são instados a criar seus filhos na *nouthesia* do Senhor (Ef 6:4), advertindo os filhos quanto à escolha de caminhos errados para andar. “Quando um filho, cuja instrução boa não foi omissa, começa a ceder às pressões de amigos menos louváveis, um pai naturalmente tenta dissuadi-lo com admoestação” (SHEDD, 1983, p. 25).

Desse mesmo modo reagiu Paulo no treinamento dos presbíteros de Éfeso, quando, por três anos, noite e dia, não cessou de admoestar, com lágrimas, a cada um (At 20:31). Ao se encontrar com eles em Mileto, recomendou-lhes que não se esquecessem disso e vigiassem, se dedicando ao máximo na direção das igrejas, sob a graça divina.

Aos cristãos romanos Paulo estimulou a prática de admoestação mútua, o mesmo acontecendo com os colossenses (Rm 15:14; Cl 3:16). Em relação aos tessalonicenses, orientou-os para que admoestassem os “insubmissos” (1 Ts 5:14)⁸, e a Tito recomendou evitar o homem faccioso depois de admoestá-lo por duas vezes sem sucesso (Tt 3:10-11).

5. *Repreensão* (*elegcho*) significa sentenciar, refutar; geralmente com implicação de vergonha em relação à pessoa sentenciada e, por meio de evidências condenatórias, trazer à luz, expor e corrigir pela palavra; repreender severamente, ralhar, admoestar, reprovar; exigir prestação de contas, mostrando para esse alguém sua falta e exigindo uma explicação; castigar.

Ao contrário do que possa parecer, a repreensão realizada por Deus sobre seus filhos é amorosa (Ap 3:19), e trabalho continuado do Espírito Santo no convencimento do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16:8 et seq.). Somente ele convence a pessoa repreendida a emendar-se.

Quanto à repreensão, Paulo recomenda a Timóteo que, se um presbítero está vivendo em pecado, deve ser repreendi-

⁸ Termo usado na sociedade grega para aqueles que não se apresentavam para trabalhar (STRONG, 1980).

do publicamente por causa de seu testemunho negativo notório, com o objetivo de que os demais temam e evitem andar pelo mesmo caminho (1 Tm 5:20). Timóteo deve fazer isso sempre com todos os cristãos sob sua responsabilidade, não de maneira impulsiva, mas longânima, mesmo que pareça não haver resultados (2 Tm 4:2). Os cretenses precisam de repreensão para que sejam sadios na fé, e a Tito cabe fazer-se respeitado nessa tarefa por causa de sua comissão junto à igreja de Creta (Tt 1:13; 2:15).

6. O último termo desta lista, *Exclusão*, não é tão evidente no Novo Testamento. Pode-se concluir que há a figura de exclusão de um membro impenitente em pelo menos duas passagens clássicas sobre o assunto de disciplina eclesíastica: Mateus 18:15-20 e 1 Coríntios 5⁹.

No primeiro texto, nota-se que o assunto em tela é a falta de perdão entre pessoas da igreja, um corpo de perdoados por Deus mediante a morte de Cristo. A orientação de Jesus, no contexto, é que deve haver perdão não apenas sete vezes, mas setenta vezes sete (Mt 18:22). Em havendo conflito, este deve ser resolvido entre as partes que se envolveram no evento. Caso não haja mudança de posição, algumas testemunhas devem acompanhar o caso, e se, não houver resultado de mudança, a igreja deve ser notificada e, mediante a indisposição do impenitente em restaurar a comunhão perdida, deve excluí-lo da comunidade, tendo a sanção divina como suporte (Mt 18:15-20).

No segundo texto, Paulo está chocado com a igreja de Corinto porque há entre os que ali compartilham da comunhão e professam o nome de Cristo um rapaz que vive um erro moral crasso, e não há quem faça nada a respeito de corrigi-lo. A igreja se orgulha de sua espiritualidade, mas não percebe sua imoralidade. O apóstolo se põe ao lado da igreja, mesmo estando distante, e ordena em nome de Jesus, pelo poder de Jesus, que aquele rapaz seja “entregue a Satanás para a destruição da carne, a fim de que o espírito seja salvo no Dia do Senhor” (1 Co 5:5).

Em ambos os textos, a exclusão se dá por situações contumazes, isto é, por pessoas que se mantêm na prática de um

⁹ Ver mais em Portela Neto (2006) e Lopes (2006).

determinado erro, e do qual não estão dispostas a abrir mão. E seja qual for o sentido da disciplina, os contextos das passagens ainda dão a entender que esse não é um caminho sem volta, podendo haver arrependimento genuíno e restauração à comunhão da Igreja.

4. DUAS MODALIDADES DE DISCIPLINA ECLESIAÍSTICA

O que se constata, diante do que foi apresentado, é que a disciplina eclesiástica não é opcional ao cristianismo de qualquer época. Entretanto, não vale a pena discutir a disciplina da Igreja, como diz Shedd (1983), se a própria Igreja desconhecer todo o desígnio de Deus para ela. O que a Igreja sabe, crê e vive fornecerá um quadro essencial para contrastar aquele membro que não sabe, não crê e não vive nos mesmos princípios. Além disso, sob a óptica reformada, as regras impostas pela Igreja sobre seus membros devem valer apenas se estão bem fundamentadas nos ensinamentos dos apóstolos e profetas.

Desse modo, há duas formas de se propor uma disciplina eclesiástica em meio à permissividade desta época.

4.1. A DISCIPLINA ECLESIAÍSTICA DEVE SER PREVENTIVA

A disciplina eclesiástica é preventiva quando se utilizam todos os expedientes para formar o caráter e a conduta dos cristãos, dentro dos princípios da Escritura. É fácil observar como isso funcionava no Antigo Testamento (Dt 6:4-9). Havia uma ordem pessoal aos israelitas de amar a Deus com todas as faculdades humanas. Cada um deles deveria viver nessa condição amorosa e respeitosa, reconhecendo quem era Deus (o SENHOR) e amá-lo em situações práticas, que envolviam testemunho pessoal ante a família e instrução dos filhos nesse mesmo amor.

Ainda que o texto de Provérbios (22:6) signifique outra coisa que não a salvação de uma pessoa, essa antiga máxima

proverbal é o retrato da disciplina preventiva: “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele” (Pv 22:6).

Já no Novo Testamento, encontramos Paulo impressionado com a reputação de Timóteo, não só entre os cristãos de sua cidade, mas também da cidade vizinha. Sem dúvida era um homem sob a graça de Deus, mas criado por sua mãe e sua avó nas sagradas letras, que o faziam sábio para a salvação. E ainda, essas mesmas sagradas e inspiradas letras davam suporte para todo tipo de ajuste em seu desenvolvimento: ensino, repreensão, correção, educação na justiça, a fim de que ele, como homem de Deus, fosse perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra (2 Tm 3:14-17).

Enfim, quanto mais a Igreja se aplica ao expediente de amar o seu Cristo; quanto mais se reporta à Escritura e quanto mais instrui seus membros nela, de maneira criteriosa e madura, desenvolvendo com a graça de Deus um ambiente verdadeiramente cristão, menor é a incidência de membros contumazes em relação aos padrões da vida cristã. Isso porque trabalha preventivamente na formação de seus membros.

4.2. A DISCIPLINA ECLESIAÍSTICA DEVE SER CORRETIVA

Wray (1990) relaciona, num pequeno livro, seis particularidades que dão sentido ao uso da disciplina corretiva: 1. glorificar a Deus por intermédio da obediência às Suas instruções relativas à manutenção de um governo eclesiástico apropriado; 2. recuperar os ofensores; 3. manter a pureza da Igreja e a sua adoração; 4. exigir a integridade e a honra de Cristo e da religião que ele ensinou; 5. impedir outras pessoas de cáírem também em pecado; 6. evitar darmos causa a Deus para ele próprio voltar-se contra uma igreja local.

A disciplina eclesiástica é corretiva, portanto, quando são utilizados todos os expedientes para promover o ajuste de rumo daquele que é impenitente e contumaz, dentro dos princípios da Escritura.

Um exemplo do Antigo Testamento pode ser o de Davi, o mais importante dos reis da história de Israel, que foi gravemente derrotado por sua iniquidade, ao possuir a esposa de um seu soldado, mandar colocá-lo na frente de batalha para que morresse e casar com a viúva para encobrir toda sua conduta. A ação divina imediata foi levá-lo à disciplina, com uma confrontadora repreensão e consequências que duraram sua vida toda, mas o tornaram um homem quebrantado e dependente de Deus (2 Sm 12:1 et seq.). Sua poesia de confissão e arrependimento, o salmo 51, é um grito de dor pelo erro e um apelo à misericórdia de Deus. É um avanço em sua maturidade. Muitos anos depois, ele foi considerado um homem segundo o coração de Deus (At 13:22).

O autor de Hebreus lembrou aos seus leitores que a disciplina divina era resultado do amor paternal de Deus por eles. Lembrou ainda que “toda disciplina, com efeito, no momento não parece ser motivo de alegria, mas de tristeza; ao depois, entretanto, produz fruto pacífico aos que têm sido por ela exercitados, fruto de justiça” (Hb 12:4-11). Eis, portanto, o objetivo da disciplina – trazer de volta à sensatez os atingidos por ela.

Há casos de disciplina corretiva em que não há retorno. Mas a orientação bíblica é que, a tempo e a fora de tempo, em lugar de os cristãos serem contenciosos, sua brandura no trato e aptidão para ensinar e disciplinar os contumazes descanse na expectativa de que Deus lhes conceda arrependimento e retorno à sensatez (2 Tm 2:24-26).

4.3. DISCIPLINA ECLESIASTICA PREVENTIVA E CORRETIVA: OS DOIS LADOS DA MOEDA

Como se pode constatar, a disciplina preventiva não elimina a necessidade de disciplina corretiva. Ademais, a instrução da Igreja não será suficiente para eliminar os casos de pessoas impenitentes e contumazes, as quais necessitarão de todas as medidas previstas nas Escrituras quanto à sua disciplina e restauração.

Se uma comunidade cristã moderna pensa não ser necessário disciplinar (até mesmo com a exclusão) alguém que notoriamente invalida com seus atos e suas palavras tudo quanto quer construir para a glória de Deus, não imagine que ficará livre de cair em descrédito na sua reputação, porque a impunidade de alguns levará ao descrédito do ensino. A ilustração do fermento que leveda a massa é bem própria aqui (Mt 13:33).

Uma teologia a favor da saúde espiritual da Igreja, que veja na disciplina eclesiástica uma forma de santificação e amadurecimento de seus membros, e da missão da Igreja no mundo, precisa voltar-se para as Escrituras como a fonte autoritativa, acima de qualquer pressuposto, e, a partir dela, (re) construir os parâmetros para o exercício dessa disciplina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se refletir neste artigo sobre a prática da “disciplina eclesiástica” na contemporaneidade, cujas características apontam para um cristianismo antropocêntrico. Primeiramente se buscou demonstrar a participação da teologia no processo de humanização do ser humano, e se constatou o desenvolvimento, de um lado, da corrente teológica racionalista e seus desdobramentos e, de outro, da corrente teológica mística. Em ambos os casos, a teologia contribuiu para que a disciplina eclesiástica fosse relegada a segundo plano.

Num segundo momento, buscou-se resgatar o sentido bíblico da disciplina, constatando que ela faz parte do expediente normal de relacionamento entre o Criador e seus filhos, e, por consequência, é parte essencial e normal do relacionamento da Igreja com seu Senhor e do relacionamento dos membros entre si.

Num último momento, propôs-se a aplicação de duas modalidades de disciplina eclesiástica, como forma de afirmá-la necessária: a) a disciplina preventiva, quando se utilizam todos os expedientes para formar o caráter e a conduta dos cristãos, dentro dos princípios da Escritura por meio da edu-

cação cristã; b) a disciplina corretiva, quando são utilizados todos os expedientes para promover o ajuste de rumo daquele cristão que é impenitente e contumaz, dentro dos princípios da Escritura.

Naturalmente, o assunto não foi esgotado, mas o que se pretendia por meio deste artigo era estimular a reflexão do leitor acerca da disciplina eclesiástica e sua aplicabilidade no cristianismo contemporâneo, como um processo de duas vias – ensinar e corrigir. Ao mesmo tempo, torna-se imperativo continuar a pesquisa, visando demonstrar a necessidade e a utilidade da disciplina como expediente e marca da Igreja cristã.

REFERÊNCIAS

ANGLADA, P. R. B. *Vox Dei: a teologia reformada da pregação*. *Fides Reformata*, São Paulo, v. IV, n. 1, jan./jul. 1999.

AS RAÍZES PURITANAS. *História Viva*, n. 17, mar. 2005. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/conteudo/materia/materia_38.html>. Acesso em: 1º abr. 2006.

BERKHOF, L. *Teologia sistemática*. Campinas: Luz para o Caminho, 1990.

BAUSWEIN, J.-J.; VISCHER, L. *The Reformed Family Worldwide*. Grand Rapids, Michigan/Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 1999.

BITUN, R. *Igreja Mundial do Poder de Deus: rupturas e continuidades no campo religioso neopentecostal*. 2007. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

BORG, M. J. *Jesus, a new vision: spirit, culture and life of discipleship*. San Francisco: Harper & Row, 1987.

BOST, B. J.; PESTANA, A. C. *Do texto à paráfrase*. São José dos Campos: Vida Cristã, 1992.

BRUCE, F. F. *Introdução e comentário de João*. São Paulo: Vida Nova, 1987.

CAIRNS, E. E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja cristã*. Tradução Israel Belo de Azevedo. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

CAMPOS, H. C. A relevância dos credos e confissões. *Fides Reformata*, São Paulo, v. II, n. 2, jul./dez. 1997.

CÂNONES DE DORT. Disponível em: <<http://www.monergismo.com/textos/credos/dort.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

CATECISMO DE HEIDELBERG. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/catecismos/catecismo_heidelberg.htm>. Acesso em: 23 mar. 2006.

CÓDIGO DE DISCIPLINA da Igreja Presbiteriana do Brasil. 15. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1999. Capítulo I: “Natureza e finalidade”.

CONFISSÃO BELGA. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_belga.htm>. Acesso em: 23 mar. 2006.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER. Disponível em: <<http://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

CONFISSÃO DE FÉ ESCOCESA. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_escocesa.htm>. Acesso em: 23 mar. 2006.

COSTA, H. M. P. *Raízes da teologia contemporânea*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

DOWNHAM, D. A disciplina na Congregação Puritana. *Os Puritanos*. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/igreja/disciplina_congregacao_puritana_downham.htm>. Acesso em: 1º abr. 2006.

EDMAN, V. R. Disciplina. In: ELWELL, W. A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1988. v. I.

FIAMENGHI JUNIOR, G. A.; XIMENEZ FILHO, J. Reflexões sobre a indisciplina e a agressividade na escola atual. In: VASCONCELOS, M. L. C. (Org.). *(In)disciplina*,

escola e contemporaneidade. Niterói: Intertexto; São Paulo: Editora Mackenzie, 2001. p. 27-39.

HUGHES, R. K. *Ephesians – The mystery of the body of Christ*. Wheaton, Illinois: Crossway Books, 1990.

LOPES, A. N. Corinto – Uma Igreja com problemas de disciplina: uma análise de 1 Coríntios 5. Disponível em: <http://www.thirdmill.org/files/portuguese/84988-9_18_01_3-36-43_PM-Corinto.html>. Acesso em: 23 mar. 2006.

MATTOS, A. S. O catecismo de Heidelberg: sua história e influência. *Fides Reformata*, São Paulo, v. I, n. 1, 1996.

NOLL, M. A. Confissões de fé. In: ELWELL, W. A. *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1988.

PACKER, J. I. *Religião vida mansa: a teologia do prazer e o desafio para o crente num mundo materialista*. Tradução Hope Gordon Silva. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

PORTELA NETO, F. S. Disciplina na Igreja. Disponível em: <http://www.solanoportela.net/artigos/disciplina_igreja.htm>. Acesso em: 23 mar. 2006.

SANTOS, V. S. Disciplina na Igreja. *Fides Reformata*, São Paulo, v. III, n. 1, jan./jun. 1998.

SCHAEFFER, F. A. *The Church at the End of the Twentieth Century*. 2. ed. Wheaton, Illinois: Crossway Books, 1985.

_____. *O Deus que intervém*. Tradução Gabriele Gregersen. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

SHEDD, R. P. *A disciplina na Igreja*. São Paulo: Vida Nova, 1983.

SINE, T. *O lado oculto da globalização: como defender-se dos valores da nova ordem mundial*. Tradução Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Mundo Cristão, 2001.

STACKHOUSE, M. L. *Creeds, society, and human rights – A study in three cultures*. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1984.

STRONG, J. *Strong's exhaustive concordance: complete and unabridged*. Grand Rapids: Baker Book House, 1980.

VANDER ZEE, L. J. *Christ, baptism, and the Lord's Supper: recovering the sacraments*. Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2004.

WILLIAM JAMES. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/William_James>. Acesso em: 1º abr. 2006.

WRAY, D. E. *Disciplina bíblica na Igreja*. São Paulo: Fiel, 1990.